

A DISCIPLINA POLÍTICA EDUCACIONAL NA FORMAÇÃO DOCENTE A PARTIR DAS CONCEPÇÕES DOS DISCENTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DA UFCG-CFP¹

Guilherme Angelo Moreira Bernardo¹; Stella Marcia de Moraes Santiago²

Universidade Federal de Campina Grande

¹Graduando em Licenciatura Plena em Física, guilhermesa1996@hotmail.com

²Mestrado em Educação, stellasantiago@bol.com.br

Resumo

Este estudo buscou fazer uma análise quantitativa e qualitativa das percepções dos discentes do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Centro de Formação de Professores-CFP, *Campus* de Cajazeiras-PB, com relação à disciplina Política Educacional na sua formação enquanto docentes e consequentemente como cidadãos. Importa mencionar que a ideia de realização do mesmo se deu a partir das falas dos/as próprios/as alunos/as em sala de aula. Assim, foram aplicados 20 questionários compostos por quatro interrogativas abertas que visavam conhecer as concepções prévias e posteriores dos/as estudantes sobre as discussões e debates pertinentes à disciplina. A análise dos dados pauta-se nas respostas dos questionários, aliada ao aporte teórico de Silva (1999), Estremel & Mainardes (2015) e Flach & Masson (2015), apontando, o quanto os/as alunos/as passam a identificar-se com a disciplina e suas discussões tão pertinentes ao nosso cotidiano sócio-político-educacional.

Palavras-Chave: Política Educacional. Formação Docente. Cidadania.

Introdução

Atualmente pensar na formação de professores para a educação básica é buscar por um profissional que tenha a competência de refletir criticamente sobre as questões políticas pertinentes a contemporaneidade. Esta visão compreende o espaço de formação como extensão da realidade social, tornando-se importante conhecer como os cursos de formação de professores estão trabalhando para atender a esta nova perspectiva de profissional voltado para uma escola cidadã, inserida no contexto da globalização, mas que tem por prioridade formar para a ação crítico-reflexiva dos indivíduos.

Com base nisto, este estudo pretendeu compreender as concepções prévias e póstumas de alunos/as do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no âmbito do Centro de Formação de Professores (CFP), *Campus* de Cajazeiras/PB acerca da disciplina Política Educacional ofertada no terceiro período acadêmico a estes/as. O objetivo estava em compreender a importância desta para a formação docente dos/as alunos/as do Curso, tendo por elemento de análise suas impressões e compreensões da mesma, antes e depois de cursá-la. A referida disciplina é Componente Curricular obrigatório para todas as Licenciaturas em Território nacional. No Curso de Licenciatura em Matemática do CFP, a carga horária da disciplina é de 60 horas e 4 créditos, não requer pré-requisito, podendo ser cursada por estudantes de períodos acadêmicos diferentes, o que enriquece as discussões em sala de aula, já que os/as alunos/as estão

¹ Este texto foi produzido no âmbito do Programa Institucional de Monitoria 2016.1, na disciplina Política Educacional, da Universidade Federal de Campina Grande, *Campus* Cajazeiras- Paraíba.

em níveis diferenciados. Como aporte teórico nos debruçamos nas ideias de Silva (1999), Estremel & Mainardes (2015), Flach & Masson (2015) e Gil (2010), além do Parecer N.º: CNE/CP 009/2001 relativo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (Brasil, 2001) e a Resolução N.º 2, de 1º de Julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (Brasil, 2015).

Dessa forma, considerando a dinâmica na qual os sujeitos estão inseridos e a atribuição de significados que podem ser observados, esta pesquisa tem uma abordagem quantitativa e qualitativa de caráter descritivo sendo feita a partir da aplicação de questionários, composto por quatro interrogativas abertas buscando-se identificar nas respostas pontos relevantes à temática em questão.

Desenvolvimento

As discussões acerca das políticas educacionais e de como estas se desenvolveram ao longo da história do nosso país tornam-se aspectos interessantes para a construção da identidade do profissional docente e sua formação crítica. Neste ambiente dinâmico em constante transformação, a disciplina Política Educacional torna-se um espaço fértil para reflexões sobre a prática docente em face das ações pedagógicas e suas inúmeras incursões no âmbito social e cidadão de indivíduos, bem como,

[...] pode proporcionar aos futuros educadores uma compreensão crítica das políticas educacionais, dos fundamentos das políticas, de aspectos essenciais relacionados à organização e legislação da educação brasileira, bem como da análise de políticas nacionais, estaduais e locais (STREMEL & MAINARDES, 2015, p. 139).

Observar a relação do papel social da escola com o contexto de globalização (SILVA, 1999) é fundamental para essa nova perspectiva de docente e de instituição educadora que precisa ser capaz de “utilizar conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social, para compreender o contexto e as relações em que está inserida a prática educativa” (BRASIL, 2001, p.42). Assim, torna-se indispensável “o estudo do aparato legislativo formal e suas interfaces com a execução das políticas educacionais por determinado governo e em determinado momento histórico” (FLACH & MASSON, 2015, p.5), vinculando-se a isso a necessidade de entendimento das questões sociais contemporâneas e as diversas relações em que se insere este indivíduo político.

É importante observar ainda as competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional enquanto docente e, pensar em “utilizar o conhecimento sobre a organização, gestão e financiamento dos sistemas de ensino, sobre a legislação e as políticas públicas referentes à educação para uma inserção profissional crítica” (BRASIL, 2001, p.44). Logo, faz-se necessário uma educação que tenha como produto a capacidade de refletir acerca das questões inerentes à globalização e seu cenário político, econômico e social em constante mudança.

Na disciplina trabalhamos com discussões e debates relativas à legislação, parâmetros curriculares, planos nacionais e diretrizes pertinentes à educação contemporânea, como também, o desenvolvimento histórico das políticas educacionais no Brasil e a participação popular nas lutas pela democratização da educação no país após os anos 80 do século XX, além de assuntos vinculados ao financiamento da educação escolar, organização e gestão, objetivos do ensino e trabalho dos professores, cidadania e sociedade, reflexões filosóficas sobre as condições pós-modernas e o papel do cidadão nas decisões políticas do passado, aliadas às lutas da atualidade, visando, para tanto, à formação política, crítica e autônoma do docente e conseqüentemente do ser enquanto pessoa imersa na sociedade global. Assim, abaixo apresentamos os achados da pesquisa, para este momento.

Resultados e Discussões

Foram aplicados 20 questionários para os alunos do Curso de Licenciatura em Matemática no âmbito da disciplina Política Educacional, tendo sido respondidos todos os 20. Deste total, 18 alunos/as (90%) cursam o 3º período acadêmico do curso, 01 aluno/a (5%) cursa o 7º período e, 01 aluno/a (5%) cursa o 8º período. No dia da aplicação do questionário estavam presentes 24 alunos de um total de 26. Mas, 04 chegaram após o início do processo, sendo inviável a estes/as participar da pesquisa neste momento. Os questionários foram analisados de modo a identificar semelhanças entre as respostas construindo tabelas que representam quantitativos de similaridades.

A primeira questão trata da noção prévia dos/as alunos/as com relação à disciplina Política Educacional, conforme disposto a seguir:

Tabela 1: Conhecimentos prévios dos discentes com relação à disciplina Política Educacional.

1. Qual era sua percepção com relação à disciplina política educacional antes das discussões em sala de aula?		
RESPOSTAS	TOTAL	
A disciplina trataria de assuntos ou questões políticas ligadas à educação brasileira (Leis e	6	(30%)

Diretrizes).		
A disciplina estaria voltada apenas para discutir questões relacionadas à educação.	3	(15%)
Não tinha ideia do que seria discutido na disciplina.	8	(40%)
A disciplina estaria voltada a discutir política partidária e o papel dos “políticos”.	3	(15%)

Fonte: próprio autor, 2016.

Na Tabela 1, percebemos *as concepções prévias que os/as alunos/as tinham em relação aos objetivos das temáticas a serem tratados na disciplina*. Este resultado revela que a maioria (40%) dos respondentes *não tinha ideia do que seria discutido na disciplina*, seguido dos/as que compreendiam que *se tratava de assuntos ou questões ligadas à educação brasileira*. É importante perceber que há uma noção acertada do que virá a ser discutido, embora também tenhamos encontrado alunos/as que associavam à disciplina a questões político-partidárias. É compreensível que os/as discentes tenham percepções variadas acerca da disciplina, pois esta

envolve conhecimentos de diferentes campos, tais como: conhecimentos sociológicos, políticos, históricos, econômicos, jurídicos, dentre outros. Em que pese à necessidade de interlocução com outras áreas do conhecimento científico, a política educacional se constitui em disciplina ímpar, pois oferece a oportunidade de entender as diferentes concepções e matrizes teóricas dessas áreas no contexto da prática política (FLACH & MASSON, 2015, p. 03).

Já na Tabela 2, apresentamos *as concepções posteriores obtidas dos/as alunos/as após os debates das temáticas em sala de aula*, referentes à disciplina.

Tabela 2: Concepções posteriores aos debates das temáticas referentes à disciplina.

2. Qual a sua percepção com relação à disciplina política educacional após as discussões em sala de aula?		
RESPOSTAS	TOTAL	
A disciplina e suas discussões são importantes para a formação crítica do docente.	9	(45%)
A disciplina é importante para a formação docente e para o desenvolvimento social cidadão.	6	(30%)
A disciplina importante para compreender direitos e deveres docentes e discentes.	2	(10%)
A disciplina auxilia a compreender a organização da educação, suas leis e diretrizes.	2	(10%)
A disciplina é algo complicado.	1	(5%)

Fonte: próprio autor, 2016.

É possível observar que a maioria dos discentes considera as discussões pertinentes à disciplina importantes para a formação crítica do docente, como também, para a formação cidadã. Neste sentido, é relevante “observar a realidade concreta dos sujeitos que dão vida ao currículo e às instituições de educação básica, sua organização e gestão, os projetos de formação, devem ser contextualizados no espaço e no tempo” (BRASIL, 2015, p. 2), precisam atender a um caráter maior de formação social.

Na Tabela 3, questionamos a *importância das discussões relacionadas à disciplina política educacional para a vida profissional docente*, conforme apresentado abaixo:

Tabela 3: Opiniões relativas à importância da disciplina para a formação docente.

3. Em sua opinião, qual a importância das discussões relacionadas à disciplina política educacional para sua vida profissional docente?		
RESPOSTAS	TOTAL	
Entender direitos e deveres enquanto docente e cidadão.	7	(35%)
Entender o que é ser professor.	1	(5%)
A formação crítica do docente.	3	(15%)
O entendimento das temáticas discutidas para a aplicação em sua vivência escolar.	4	(20%)
Aprofundamento dos conhecimentos.	5	(25%)

Fonte: próprio autor, 2016.

É possível verificar que 35% dos/as discentes responderam que a importância das discussões relacionadas à disciplina está em *entender direitos e deveres enquanto docente e cidadão*, seguido dos 25% que mencionam ser o *aprofundamento dos conhecimentos*. Assim, ao “estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério” (BRASIL, 2015, p. 8) os docentes egressos e em formação estarão aptos a debater sobre direitos e deveres no âmbito educacional e social, algo que nossos/as alunos/as percebem como essencial para o desenvolvimento de suas habilidades e competências de educador e cidadão.

Por fim, na Tabela 4 questionamos *o que fica da disciplina que pode ser aplicado a sua vida em sociedade*, conforme apresentamos abaixo:

Tabela 4: Concepções referentes à disciplina e a formação cidadã.

4. O que fica da disciplina que pode ser aplicado a sua vida em sociedade?		
RESPOSTAS	TOTAL	
O conhecimento dos direitos e deveres enquanto cidadão.	4	(20%)
A compreensão das leis ou da legislação.	3	(15%)
A compreensão das políticas no contexto da vivência social.	9	(45%)
A nova visão sobre a política.	1	(5%)
O desejo de colocar em prática o que aprendeu na disciplina.	2	(10%)
Ser um cidadão crítico.	1	(5%)

Fonte: próprio autor, 2016.

Nesta quarta questão nos deparamos com discentes desejosos de por em prática o que aprenderam na disciplina, e com um percentual de 45% afirmando que *a compreensão das políticas no contexto da vivência social* é o grande aprendizado da disciplina. Compreendemos a partir dessa afirmativa que isto sinaliza que os/as alunos/as concluem a mesma “fundamentados em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e

sensibilidade afetiva e estética” (BRASIL, 2015, p. 7), como sinaliza ser necessário nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (2015).

Conclusão

O presente trabalho nos trouxe a reflexão de que estamos traçando um bom caminho em termos gerais no que diz respeito à disciplina Política Educacional para formação de futuros docentes. A intenção está alicerçada na conquista de uma prática crítico-reflexiva contínua capaz de exigir deles/as discussões promovedoras de reflexões importantes sobre/da/para a práxis cotidiana exercida em âmbito escolar.

Percebemos ainda, significativa mudança na forma de pensar o dia-a-dia da sala de aula, do trabalho docente, incluindo seus deveres, não somente os direitos. A disciplina Política Educacional é conduzida como exercício contínuo de reflexão, com discussões acirradas em sala de aula, sempre atenuadas pela postura de moderadora da professora da mesma, já que o foco está em refletir e reconduzir a refletir as questões apresentadas, bem como as trazidas pelos/as discentes, à luz da legislação e do cotidiano escolar, contribuindo de forma expressiva para a formação acadêmica e cidadã destes/as.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 9/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Relatora: Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira. 8 maio 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 jan. 2002. Seção 1, p. 31. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>> Acesso em: 13 de ago. 2016.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica**. Parecer CNE/CP 2/2015. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 13 de ago. 2016.

FLACH, S. F. MASSON, G. **A disciplina de política educacional em cursos de formação de professores**. Revista Pedagógica, Chapecó, v.16, n.33, p. 205-220, Jul./Dez. 2014. Disponível em: <<http://www.encuentrorelepe.com.br/down.php?id=1130&q=1>> Acesso em: 9 de ago. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, L. H. (org.). **A Escola Cidadã no Contexto da Globalização**. – 3. ed. – Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 1999.

STREMEL, S. MAINARDES, J. **A disciplina política educacional em cursos de pedagogia no Brasil: primeiras aproximações**. Jornal de Políticas Educacionais v.9, N.17 e 18. 2015. PP. 137–155. < <http://revistas.ufpr.br/jpe/article/download/41885/28134>> Acesso em: 15 de ago. 2016.